

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

PROJETO CONEXÃO LOCAL (CL)

Desenvolvimento sustentável em Valente:

Desenvolvimento Sustentável em Valente, um Estudo de Caso

Alex Rodrigues dos Santos

Manoela Fagundes Gobbi Barbosa

Carlos Eduardo de Lima (monitor)

São Paulo – SP

2019

Resumo

O presente relatório trata sobre o desenvolvimento sustentável na cidade de Valente no estado da Bahia, através da Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira, mais conhecida como Fundação APAEB. O objetivo do relatório é, através da apresentação dos conceitos primordiais do desenvolvimento sustentável, associar as características teóricas com o que foi visto na prática, durante a viagem da pesquisa de campo. O método utilizado para desenvolver o relatório foi o de estudo de caso, que é feito através da recolha de informações para conclusões. O relatório dispõe de entrevistas feitas com os moradores locais que puderam nos apresentar a forma de trabalho dentro da Fundação APAEB e nos postos coordenadores por ela. Todas as entrevistas foram transcritas e, quando apresentadas, estarão na íntegra. Os resultados foram divididos em quatro dimensões, de acordo com o referencial teórico de sustentabilidade descrito no início do relatório, sendo eles os desenvolvimentos social, econômico, ambiental e cultural. A pesquisa pretende trazer um material de fácil acesso e leitura que amplie o conhecimento das atividades voltadas para o desenvolvimento sustentável de municípios e agregue na literatura já existente sobre o tema.

Palavras-chaves

Desenvolvimento Sustentável, Fundação APAEB, Estudo de Caso, Sisal.

1. Introdução

Já nas últimas décadas do século XX, a percepção e agravamento de problemas sociais, econômicos e ambientais ficaram evidentes em vários aspectos. Na economia, a crise financeira, iniciada em meados da década de 2000, ainda assola economias emergentes como o Brasil e a Argentina. Em termos ambientais, os desastres causados pela mineradora Vale nos municípios de Mariana e de Brumadinho contaminaram o abastecimento de água, impactaram na biodiversidade (JACOBI, 2015; ALLEN; CUNLIFFE; EASTERBY-SMITH, 2016) e destruíram o patrimônio cultural e identitário de famílias e comunidades. Na questão social, destaca-se a perpetuação de desigualdades (PIKETTY, 2014), onde 1% da população mais rica do mundo possui riqueza superior à dos outros 99% (COMITÊ OXFORD PARA ALÍVIO DA FOME, 2016).

A persistência desses problemas fomentou inúmeras discussões que se refletiu na criação do conceito holístico e complexo de Desenvolvimento Sustentável (DS), cuja abrangência destacava, entre outras ações, a busca por equilíbrio ambiental, formas efetivas de combater a pobreza, promover o desenvolvimento e a justiça social (MANSUR; COUTINHO; TEODÓSIO, 2016; HUTTMANOVÁ; VALENTINY, 2019). Em meio a inúmeros desafios, alguns consensos emergiram com destaque para a necessidade de ações mais colaborativas e integradoras, nas quais o Estado não pode mais ser visto como o único provedor de soluções (MANSUR; COUTINHO; TEODÓSIO, 2016).

Várias instâncias em nível nacional e internacional, distintas esferas governamentais e do setor privado têm discutido formas e metodologias para se inserir e propagar os princípios de desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade (LIMA, 2016). Entre elas, destaca-se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Organizações das Nações Unidas (ONU), que contemplam os desafios globais que enfrentamos: à pobreza, desigualdade, clima, degradação ambiental, prosperidade e paz e justiça. As metas presentes no pacto interconectam-se e foram estipuladas para serem alcançadas até 2030 (UNITED NATIONS, 2019).

Em muitos países, notadamente naqueles em desenvolvimento, “o caminho sustentável” depende de organizações locais efetivas, intercâmbio entre elas e vínculos que possibilitem influências de base na formulação de políticas nacionais e locais (BROWN, 1991; MOURA COMINI; TEODÓSIO, 2015). Para James (2015), o caráter sustentável do desenvolvimento emerge do engajamento humano e contribui para que os diversos modos de

vida fomentem continuamente o surgimento, a vitalidade, a resiliência e a adaptação tanto dos aspectos sociais quanto dos naturais.

Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo compreender os desdobramentos do desenvolvimento sustentável na região do município de Valente-BA a partir da atuação da Fundação APAEB. Justifica-se esse trabalho por diversos fatores dentre eles i) a instituição sendo uma das pioneiras no processo de economia solidária ii) a importância de compreender a intersecção entre o meio urbano e o rural, pois a região tem economia baseada na cultura do sisal e está localizada na região do semiárido baiano, uma das regiões mais carentes da Bahia (APAEB, 2019). Ademais, destaca-se articulação de diversos atores locais que atuam em diferentes frentes na promoção do desenvolvimento local diante de suas limitações políticas.

Para atender ao objetivo proposto, o trabalho contará, após esta introdução, com o referencial teórico sobre desigualdades e as possibilidades de inclusão social. Posteriormente abordará os conceitos de economia solidária. Em seguida é apresentado o percurso metodológico, os resultados da pesquisa, culminando, e, por fim, as considerações finais.

2. Aspectos Teóricos

2.1 Desenvolvimento Sustentável: Dimensões

Ao passo que crescia a economia mundial, o desenvolvimento foi visto como uma analogia à promoção de progresso por meio de megaprojetos e multiplicação de riqueza. A definição do estágio econômico, político e social de uma comunidade era determinada por meio índices de rendimento dos fatores produtivos, do capital, do trabalho e dos recursos naturais. Esse processo dominante tem sido reforçado por características como o individualismo e a exploração desmedida de recursos, refletindo-se em fragmentação do tecido social, destruição de ecossistemas e o abandono do meio rural (ANDION, 2003; SVAMPA, 2013). No entanto, “se, por muito tempo a atenção esteve focalizada predominantemente na eficiência econômica pode-se dizer que hoje o olhar é mais amplo” (PADILHA; VERSHOORE, 2013, p. 230).

O DS é uma construção sócio histórica elaborada ao longo de ao menos três décadas. Suas primeiras expressões remontam a década de 1960, com os novos movimentos sociais, com destaque para os grupos ecológicos cuja agenda consistia em contestar o modo de produção (LEVESQUE, 2009). Como premissas basilares, O DS visa o igualitarismo entre

as necessidades humanas, a distribuição de oportunidades para as pessoas em um processo de crescimento econômico. Busca-se pensar no crescimento com qualidade e atendimento das necessidades primárias da sociedade, tais como: água e saneamento, alimentação, energia elétrica, geração de empregos, utilização da tecnologia de maneira positiva e decisões visando equilíbrio entre sociedade e mercado (WCED,1987).

Diversos autores, dentre os quais, Brown (1991), Sachs (1993; 2004), Kelly, Sirr e Ratcliffe (2004), Buarque (2008), Seghezze (2009) e Albuquerque (2015) discutem o DS como uma forma de desenvolvimento multidimensional, que almeja o equilíbrio das dimensões econômica, ambiental, sociocultural e política, entre outras. O quadro 1 destaca as dimensões do desenvolvimento sustentável, suas características e alguns critérios para serem propagados e fortalecidos.

Quadro 1- Dimensões, características e critérios do desenvolvimento sustentável.

Dimensão	Características	Critérios
Social e humana	O desenvolvimento social e humano contempla maior preocupação com o bem-estar da população ao promover a cidadania e a melhora na qualidade de vida. No DS o processo de desenvolvimento deve se dar de maneira que reduza significativamente as diferenças sociais.	<p>Acesso e melhoria da educação, formação, nutrição e saúde;</p> <p>Melhoria da distribuição de renda para a inclusão social e o reforço do mercado consumidor interno;</p> <p>Qualidade das relações de trabalho;</p> <p>Fortalecer o papel das mulheres na sociedade;</p> <p>Fomento de formas de economia social e solidária.</p>
Econômica	Em termos empresariais, se enaltece a responsabilidade social corporativa, na qual se sobrepõe a necessidade de geração de emprego e renda. No âmbito governamental, as ações são orientadas para diminuir os custos sociais e ambientais com alocação eficiente de recursos.	<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; ● Segurança Alimentar; ● Fomento da diversificação e qualidade produtiva no território; ● Serviços de apoio às micro e pequenas empresas e cooperativas locais;

		<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de Modernização contínua dos instrumentos de produção por meio de um nível razoável de desenvolvimento técnico e científico.
Ambiental e ecológica	Destaca-se que seria impossível pensar no DS sem relatar a necessidade de equilíbrio entre desenvolvimento e a preservação da natureza. Logo, se faz necessário buscar constantemente tecnologias limpas que permitam a gestão ambiental e dos recursos de modo a manter a deterioração em um nível mínimo.	<p>Proteção do potencial de capital natureza de recursos que sejam renováveis;</p> <p>Limitar e criar alternativas para uso de recursos não renováveis.</p> <p>Respeitar e realçar a capacidade natural de autodepuração dos ecossistemas.</p>
Cultural	Está baseado na manutenção da identidade cultural dos povos e na necessidade de se preservar as raízes culturais dos seres humanos. A dimensão cultural tem a capacidade de catalisar as outras dimensões do DS.	<p>Refere-se a mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação);</p> <p>Capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas) e</p> <p>Autoconfiança, combinada com abertura para o mundo.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Sachs (1993; 2002; 2008) e Albuquerque (2015).

De maneira geral, DS e a sustentabilidade não reflete em opiniões unânimes e trazem consigo uma complexa gama de definições e abordagens. O fato de contemplarem características multidimensionais distintas e até divergentes, possibilitam a existência de equívocos em seu entendimento e possível adesão (LIMA, 2016). Na literatura, não há consenso sobre a importância e as interações entre essas dimensões. Lélé (1991), por exemplo, destaca que atender os objetivos sociais e ambientais de forma simultâneas e integrativas leva a um equívoco, pois cada uma delas possui dinâmicas temporais distintas. O fato de as demandas sociais estarem inseridas no contexto social confere as necessidades

das pessoas um caráter de urgência distinto daqueles conectados com as ambientais, pois as soluções variam em um espaço temporal mais amplo (LÉLÉ, 1991).

Outro elemento que necessitam ser considerado referentes às análises e as tomadas de decisão relacionadas ao DS são suas interpretações ou discursos, que podem ser fracas/amplas ou fortes (DAILY; JOSHUA, 2004; VOS, 2007; LEVESQUE, 2009). Na perspectiva fraca, o DS é “um meio sem conteúdo específico” (LEVESQUE, 2009, p. 126). Nele se reconhece poucos valores intrínsecos à natureza, defende que determinados tipos de capital podem ser substituídos, acredita que o crescimento populacional pode ser balanceado com aumento proporcional da renda per capita. Nessa visão as questões de redistribuição são deixadas para o mercado equacionar. Em uma versão forte, o DS apresenta um caráter específico (substantivo) e as atividades de negócios vão além das responsabilidades econômicas. Nele se reconhece valores intrínsecos à natureza, contesta-se o esgotamento do capital natural e reconhece a democracia como um fator crucial para se atingir a sustentabilidade.

Quando se trata da abordagem territorial do desenvolvimento sustentável, Silva (2008), destaca que é necessária uma base endógena com a presença de conhecimento, pesquisa, capital humano, capital social, conhecimento, inovação, informação e presença de instituições. Uma região dotada desses atributos ou capaz desenvolvê-los estará mais apta em desenvolver-se de modo equilibrado e sustentável, com a geração de bons índices de coesão social, contemplando as dimensões econômica e territorial.

2.2 Economia Solidária

Os estudos sobre Economia Solidária têm alcançado cada vez mais destaque, pois seu foco são os cidadãos e trabalhadores que desenvolvem possibilidades e experiências para superar as práticas capitalistas tradicionais. Os empreendimentos contam com um processo democrático para alcançar o controle dos meios de produção, distribuição e consumo de produtos e serviços. Logo, não reproduzem as formas de produção arraigadas, ademais não estão centrados em empreendimentos controlados pelo Estado (SINGER, 2000; BARRETO; PAULA, 2009).

Como aponta Singer (2000), os espaços da economia solidária (ES) surgem da emergência de novas formas de articulações entre os vários atores sociais e o contexto local favorece iniciativas dessa natureza. No caso brasileiro, ainda no período do regime militar, após o Segundo Choque do Petróleo, os níveis de dívidas externas subiram de modo

alarmante, em função dos empréstimos que países importadores contraíram para realizar a compra de petróleo. Como resultado, a dívida brasileira atingiu um patamar gigantesco e, como solução, o governo submeteu o país a um período de austeridade, reduzindo a receita e fazendo um forte controle de gastos, que se refletiu em: i) diminuição de empregos públicos e privados; ii) quebra de muitas empresas; iii) diminuição do consumo.

Miller (2009) e Laville e Gaiger (2009) apontam que as iniciativas da ES sobre os interesses individuais desenvolvem a cooperação e relacionamentos que proporcionam solidariedade e apoio mútuo. Em lugar de estruturas centralizadas de controle, tende-se a uma responsabilidade compartilhada e diretamente democrática. Em vez de impor uma monocultura global, busca-se fortalecer a diversidade de culturas e ambientes locais. No lugar de se priorizar o lucro, os princípios da ES se baseiam em um compromisso mais amplo com as justiça social, econômica e ambiental (LAVILLE; GAIGER; 2009; MILLER, 2009).

Laville e Gaiger (2009) ainda destacam que o princípio da solidariedade se aplica ao ganho material por meio da socialização dos recursos produtivos e da adoção de critérios igualitários, também se pautando em cooperação, autogestão, equidade e sustentabilidade. No Quadro 1, há uma síntese dos princípios fundamentais da ES.

Quadro 1 – Princípios da Economia Solidária.

Ação Econômica	Sem abrir mão dos demais princípios, as iniciativas de economia solidária são concebidas por motivação econômica e não excluem a produção, comercialização, prestação de serviços, trocas, atividades de crédito e o consumo.
Autogestão	As decisões nos empreendimentos são tomadas de forma coletiva, privilegiando as contribuições do grupo em vez de ficarem centralizadas em um indivíduo. Todos devem ter voz e voto. Os apoios externos não devem substituir nem impedir o papel dos verdadeiros sujeitos da ação, aqueles que formam os empreendimentos.
Cooperação	No lugar da competição, todos devem trabalhar de forma colaborativa, buscando os interesses e objetivos em comum, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva e a partilha dos resultados.
Equidade	As iniciativas opõem-se, ativamente, a todas as formas de opressão tanto na sociedade como na própria iniciativa. Nos empreendimentos, todos são capazes de desempenhar um papel ativo, independentemente de raça, classe, gênero ou qualquer outra parte de sua identidade.
Pluralismo	Nos empreendimentos respeita-se o entendimento de que existem diferentes maneiras de atender às nossas necessidades dependendo da situação em que operam e que não existe um único caminho "certo" para criar um mundo justo e sustentável.

Solidariedade	Apoia-se ativamente, e promove a cooperação, a partilha, a reciprocidade, o altruísmo, o amor e o cuidado com o individualismo e a divisão. Procura agir em solidariedade com iniciativas e movimentos que trabalham para o mesmo objetivo. A preocupação com o outro está presente de várias formas na economia solidária, como na distribuição justa dos resultados alcançados, na preocupação com o bem-estar de todos os envolvidos, nas relações com a comunidade, na atuação em movimentos sociais e populares, na busca de um meio ambiente saudável e de um desenvolvimento sustentável.
Sustentabilidade	Na economia solidária não é tida como algo que os humanos possuem e exploram, mas se esforçam para fazer parte da criação de alternativas sustentáveis à economia extrativista e prejudicial.

Fonte: os autores com base em Secretaria do Trabalho (2015) e Solidarity Economy Association (2019).

3. Métodos

Esse trabalho utilizou-se uma pesquisa qualitativa por meio da estratégia de estudo de caso, que consiste na descrição holística e intensiva de um fenômeno (MERRIAM, 1998). Entre as possibilidades de classificação, o estudo caracteriza-se como intrínseco e descritivo. Seu caráter intrínseco reflete o fato de o fenômeno constituir o próprio objeto da pesquisa. Desse modo, as opções dos pesquisadores visaram conhecer determinado caso em profundidade, sem a necessidade de desenvolvimento teórico (STAKE, 2005). Sua face descritiva advém do fato de apresentar um relato detalhado de um fenômeno social cuja configuração, estrutura, atividades, mudanças no tempo e relacionamento com outros fenômenos procuram ilustrar a complexidade da situação e os aspectos nela envolvidos (GODOY, 2006).

A unidade de análise, por sua vez, corresponde ao conjunto de ações desenvolvidas pela Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB) que impactam o desenvolvimento sustentável na região de Valente, no estado da Bahia (BA). A aproximação dos autores com o campo ocorreu em duas etapas e encontra-se detalhada no Quadro 2.

Quadro 2 – Aproximação com o campo.

Antes de chegar ao campo	Conduziu-se buscas em meios eletrônicos por organizações e atores que pudessem ser elementos importantes para a realização de entrevista e explicações sobre a cidade; assistimos vídeos e realizamos a leitura de documentos sobre a cidade e a cultura do sisal e realizamos contato com alguns desses atores para agendamentos e levantamento de informações iniciais.
---------------------------------	---

No campo	Na primeira semana de campo, realizamos uma visita em uma indústria de grande porte onde ocorre o beneficiamento de sisal; visita à Escola da Família Agrícola (EFA), visita a uma produção de sisal; visita a um ponto de comercialização dos produtos de cooperativas e de ações de economia solidária; visita ao sindicato de trabalhadores rurais; visita à prefeitura municipal de Valente, visita a uma feira de comercialização de produtos da agricultura familiar e participação como ouvintes da votação de uma assembleia de uma associação local de produtores de sisal e participação em uma confraternização, onde ocorreu um torneio de futebol masculino.
-----------------	---

Fonte: os autores.

Por meio dessas ações foi possível destacar atores relevantes por vivenciaram o contexto histórico das ações empreendidas na cidade. Essa interação procurou abranger segmentos da sociedade civil, governo e mercado e, em determinados momentos, alguns atores pertenciam a mais de uma dessas esferas. Desse modo, “contemplou-se os atores sociais e a institucionalidade da localidade, com sua diversidade e potencialidades econômicas, sociais, ambientais e as diferentes alternativas de atuação para a transformação e o desenvolvimento do local” (MARTINS; VAZ; CALDAS, 2010, p. 561). Após essa espécie de mapeamento, procedeu-se às entrevistas por meio de roteiro semiestruturado. Foram entrevistadas um total de dez pessoas, caracterizadas Quadro 3.

Quadro 3 – Informantes da Pesquisa.

INFORMANTE	CARGO/FUNÇÃO
E1	Diretora do Sindicato Rural
E2	Secretário Municipal da Fazenda
E3	Secretário Municipal de Desenvolvimento Social
E4	Produtor rural e cooperado da APAEB Indústria
E5	Membro da Associação de Mulheres Artesãs
E6	Membro da Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão (COOPERAFIS)
E7	Vice-presidente sindical e membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente
E8	Diretora do ponto de vendas de produtos da Economia Solidária
E9	Gerente de Comunicação do banco cooperativo
E10	Diretor Administrativo do banco cooperativo

Fonte: os autores.

Além das entrevistas, outros dados primários foram coletados por meio de diários de campo. Já os dados secundários foram coletados em documentos físicos e digitais e vídeos. Todo o material coletado, e posteriormente agrupado, foi interpretado por meio da técnica de análise de conteúdo, destacada por Bardin (2009). Dentre as possíveis técnicas, optou-se pela categorial preestabelecida pela teoria empregada na pesquisa. A

operacionalização seguiu as recomendações de Câmara (2013) por meio das seguintes etapas: i) inicialmente, realizou-se a transcrição das entrevistas e dos diários de campo, seguido da reunião dos documentos; ii) definiu-se as categorias e suas classificações; iii) e deu-se relevo aos conteúdos, destacando-se os trechos que expressam significado do conteúdo analisado. Para auxiliar no processo analítico, utilizou-se o *software* ATLAS.ti ® 7.5.7.

3. Resultados

Como estratégia para análise dos dados empíricos coletados no campo optou-se por realizar associações com as 4 dimensões do DS, a saber: social e humana, econômica, meio ambiente e cultural. A seguir iniciaremos a apresentação dos resultados a partir das dimensões: social e humana, econômica, ambiental e ecológica, cultural.

3.1 Social e humana

No trabalho de campo percorremos empresas, entidades públicas, associações, cooperativas e momentos de recreação do município de Valente. Nessa imersão não se evidenciou qualquer relação de trabalho que pudesse ser degradante ou mesmo caracterizasse o trabalho infantil. Ainda na perspectiva social e humana, notou-se uma grande presença de mulheres como protagonistas de ações que eram capazes de gerar trabalho, renda e ressignificar seu papel na sociedade e no desenvolvimento local. Na figura 1, destaca-se três ações à Fundação APAEB: a cooperativa sabores da terra, que destacam questões ligadas à economia solidária liderado e conduzido por mulheres.

Figura1. Ações de economia solidário no município de Valente



Fonte: Dados da pesquisa - propriedade dos autores.

A cooperativa sabores da terra está localizada na zona rural de valente e reúne um grupo de 8 mulheres que se reuniram para produzir alimentos por meio de produtos da agricultura familiar: banana, licuri, frutas e mandioca. A cooperativa fibras do sertão está localizada em um bairro de valente e reúne 64 mulheres que se ocuparam de utilizar fibras de sisal para fazer, parte que não teria serventia para a indústria para produção de artesanato. Ambas cooperativas vendem seus produtos no próprio empreendimento ou comercializam no Ponto Nosso, um ponto de comercialização inaugurado em 2014 que reúne produção artesanal de 2 empreendimentos solidários da região de Valente e de mais 4 municípios ao redor (Notas do campo, 2019).

Conforme uma de nossas informantes:

[Entrevistada E4] “O ponto nosso nasceu de um acompanhamento que a fundação APAEB faz aos empreendimentos. Nós tínhamos uma assessora que nos acompanhava e uma metodologia criada pela aliança empreendedora, foi um projeto que fomos contemplados na época junto com a fundação e os empreendimentos sentiam a necessidade de ter um ponto na cidade para conseguir vender os produtos [...] Nós mulheres, eu me incluo também pois no início eu tive dificuldade em relação a viajar, porque eu tinha que deixar o marido, a casa, tem aquele transtorno todo de ciúme, mas eu apreciei mulheres da minha comunidade que foi bem pior do que eu. Mulheres que conseguiram ficar no empreendimento,

mulheres que o marido não deixou. Essas que ficaram, que venceram a barreira, hoje têm um relacionamento bem melhor do que tinham antes, têm uma vida social desenvolvida, hoje são mulheres empoderadas, são mulheres que antes não tinham coragem de estar no espaço público, de estar no meio de gente, de se identificar, de se apresentar. Hoje quebramos essa barreira e temos até mulheres que representam a associação em outros espaços.”

Por meio dos dados expostos, e com as informações coletadas e anotadas no diário de campo, verificou-se que a fundação possui papel relevante no fomento da capacitação e promoção das ações pensada por mulheres tanto no meio rural, quanto no urbano. Nesse aspecto, a renda e a inserção no mercado de trabalho dão a elas uma sensação de liberdade e isso se materializa em poder ajudar os filhos de forma mais efetiva em termos de bens, materiais escolares entre outros e também no fato de voltarem a estudar e cursar curso superior com ajuda financeira da atividade que desempenham.

3.2 Econômica

No âmbito econômico a Fundação APAEB promove estímulo à economia solidária desde ações para construção de grupos produtivos, formação em gestão, apoio para estruturação e comercialização, além de articulação para fortalecimento dos diversos movimentos nos níveis da economia solidária. Como exemplo a lanchonete Ponto Nosso que é um importante ponto ao qual reúne os resultados desses trabalhos, e permite que os diferentes grupos se conectem em seus diferentes projetos de empreendimentos e recebam apoio de parcerias desenvolvidas.

Segundo o relatório de 2016 os resultados contam com 22 grupos apoiados com 308 pessoas que em sua maioria são mulheres; 12 equipamentos entregues; uma margem de faturamentos dos empreendimentos assessorados de R\$1.036.887,75 e o acesso a programas como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição a Alimentos (PAA).

A fundação também teve papel preponderante na abertura de um um banco cooperativo na cidade e isso trouxe importante impulso às atividades econômicos da cidade, por oferecer crédito a juros menores para as artesãs, produtores rurais, ligados a agricultura familiar.

[Entrevista E7] “Quando nós começamos a focar numa cadeia produtiva, que nesse caso a primeira foi o sisal, foram surgindo as necessidades. Nós não

tínhamos capital de giro. Na época os bancos abriram as poupanças com um salário mínimo, logo em seguida a APAEB fez com que a poupança pudesse ser aberta com apenas um real, que na época era cruzeiro. Então chegamos a captar, pagando o mesmo juros que o banco pagava, mais de um milhão de reais para capital de giro. E o que não podia poupar nos bancos oficiais, conseguimos poupar porque a taxa de início era bem pequena. Porém chegou um certo momento que a APAEB não podia lidar mais com o gerenciamento de questões que os bancos lidavam, os movimentos financeiros. Então criou-se a cooperativa de crédito, que foi criada pela APAEB e trabalhou na sua estrutura física durante anos para que pudesse continuar fazendo essa operação financeira como outro banco qualquer faria, só que era uma cooperativa. Hoje temos dezoito agências e estamos abrindo mais uma neste ano nos municípios vizinhos e outras regiões. A cooperativa hoje é a maior cooperativa de crédito da Bahia, criada por nós agricultores da APAEB. Diante disso vão aparecendo as necessidades.”

3.3 Ambiental e Ecológica

No que tange a questão ambiental, nossa pesquisa verificou que a Fundação APAEB promove atividades de apoio ao desenvolvimento ambiental e de incentivo às práticas agroecológicas no processo produtivo. Isso pôde ser observado a partir das nossas visitas. Por exemplo, em uma delas nos foi mostrado um viveiro de mudas que era destinado para produtores poderem replantar o sisal. Em outra, quando fomos até a comunidade de Papagaio, onde é produzido alguns alimentos que podem ser encontrados no Ponto Nosso (associação patrocinada pela APAEB), nos foi apresentado como as produtoras fazem o beneficiamento das frutas. Além disso, a APAEB entra em projetos conjuntos que dizem respeito ao desenvolvimento sustentável do meio ambiente, como por exemplo o projeto feito com o SESI de que cada produtor deveria replantar dez pés de maracujina para o futuro. De acordo com o relatório da fundação de 2012,

Figura 2. Reaproveitamento de resíduos para ração animal



Fonte: elaborada pelos autores

Além do trabalho direto com as famílias agricultoras, a Fundação APAEB participou e realizou diversos eventos que abordaram temáticas ambientais. Como destaque, podemos citar a comemoração pelo Dia Mundial da Água, em 22 de março, quando se discutiu questões preocupantes referentes ao acesso à água de qualidade e a necessidade de seu uso racional e consciente, a campanha "Adote Uma Árvore Cultive o Verde, Cultive o Bem", promovida pela Fundação APAEB em parceria com a Associação APAEB, Sicoob Coopere e Rádio Valente FM, tendo como objetivo estimular a recuperação da caatinga e mostrar a importância da árvore na prevenção da erosão do solo e a distribuição de 7.913 mudas de plantas diversas, produzidas no Viveiro da APAEB. (Relatório Anual de 2016)

3.2 Cultural

Em relação a dimensão cultural, a fundação APAEB exerce um papel importante na vida cultural da cidade. O início da necessidade de uma vida cultural veio a partir da necessidade de melhorar a vida do trabalhador, como nos relata o E4:

[E4]: Como pensamos em melhorar a vida dos agricultores só comprando as matérias-primas deles? Então temos que trabalhar a parte da cultura. Criamos nossa própria casa da cultura, para que ele pudesse ter acesso às culturas locais. Aqui no sertão temos a cantiga de reis, o samba, a cantiga de roda, a roda de verso...é bem amplo essa questão da

cultura na nossa região, e esse era um espaço para que as pessoas pudessem mostrar isso. Vivemos um período que nós produzíamos nossos vídeos aqui e alugávamos um horário na TV Cultura do Sertão, que existia na época, para que passasse para a comunidade ter acesso à algo que eles não podiam visitar, e toda a parte da APAEB também era mostrada nesses documentários.

Como mencionado por ele, a APAEB desenvolveu diversas atividades culturais que pudessem não só trazer cultura à população de Valente, mas também disseminar a própria cultura baiana. Além disso, a Casa da Cultura disponibiliza de alguns violões e uma bateria para aulas de música para o público, majoritariamente, infantil e adolescente. As apresentações ocorrem no teatro, que fica dentro da casa. Esses eventos chegam a reunir, por ano, segundo o relatório de 2016, 15.258 pessoas.

Há também, anexada a Casa da Cultura, a sala Futura, patrocinada pelo próprio Canal Futura, cujo lema é educação para transformar. Há, por ano, 56 eventos que têm como sede esta sala. Além do mais, a sala de leitura atende 388 leitores por ano.

É a Casa da Cultura que abriga a maior parte dos eventos culturais da cidade, esses eventos abrangem várias áreas da cultura, como audiovisual, música, cultura popular, cinema e outros.

4. Conclusão

Neste relatório tivemos como objetivo a análise da aplicação de 4 dimensões da teoria do desenvolvimento sustentável, e como ocorre sua aplicação em um município do Brasil. Para isso, foi levantada uma bibliografia que conta com pesquisadores sobre o tema induzindo a uma melhor análise. Através das investigações feitas para o estudo de caso, obtivemos algumas conclusões.

A primeira é que pelo fato de a fundação estudada possuir o lema do desenvolvimento sustentável sua missão, auxilia para o fortalecimento dessas dimensões estudadas nesta pesquisa. Foi evidenciado apoio para as dimensões ambientais, culturais, econômicas e sociais. Ainda que sua atividade fique dependendo de aporte financeiros de editais em nível estadual e federal, a fundação possui ações que visam inclusão, emancipação e melhor qualidade de vida para os habitantes da região.

Como citado anteriormente, as dimensões do DS puderam ser analisadas na pesquisa de campo, como o empoderamento das mulheres através do trabalho, na dimensão social, já que várias ocupam postos dentro dos espaços da APAEB. A atenção dada à cultura, com as atividades propostas pela Casa da Cultura e fortalecimento da cultura local. As práticas agroecológicas, visando o equilíbrio ambiental e também preservação e uso sustentável dos recursos naturais. Assim como, o fortalecimento da economia solidária na economia gerada por cooperativas e novos grupos empreendedores que possuem base no cooperativismo. Entre outros resultados que foram encontrados.

Para pesquisa futura, há uma grande tendência na sugestão da análise do DS em dimensão política, já que não abordamos como esta influência para o desenvolvimento na cidade e suas relações institucionais. Durante o campo, notou-se que mudanças políticas em nível federal, estadual e municipal alteram de forma significativa o andamento das ações empreendidas pela Fundação APAEB. Por essa razão, trabalhos futuros podem se dedicar à essa questão em um aspecto mais restrito e aprofundado.

Referências

- ANDION, C. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 37, n. 5, set.-out. 2003.
- ALLEN, S.; CUNLIFFE, A. L.; EASTERBY-SMITH, M. Understanding Sustainability Through the Lens of Ecocentric Radical-Reflexivity: Implications for Management Education. *Journal of Business Ethics*, v. 139, n. 4, dez. 2016.
- ALBURQUERQUE, F. **Enfoque, estratégias e información para el desarrollo territorial: los aprendizajes desde ConectaDel**. Buenos Aires: BID-FOMIN, 2015. Disponível em: < <http://www.conectadel.org/biblioteca-2-2/?did=3641>> Acesso em 29 jul. 2019.
- APAEB - Associação Comunitária de Produção e Comercialização do Sisal – **Sustentabilidade**. Disponível em: < <http://www.apaeb.com.br/sustentabilidade.html>> Acesso em 29 jul. 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BARRETO, R. O.; PAULA, A. P. P. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 219-213, 2009.
- BROWN, D. Bridging Organizations and Sustainable Development. *Human Relations*, V. 44, N. 8, 1991.
- BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- CALDAS, E. L.; MARTINS, R. D.; VAZ, J. C. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território. *Revista de Administração Pública*, v. 44, p. 559-590, 2010.
- CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Gerais: *Revista Interinstitucional de Psicologia*. 2013.
- DALY, H. E.; JOSHUA, F. **Ecological economics: principles and applications**. Island Press, 2004.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Sisal**. < <http://www.fao.org/economic/futurefibres/fibres/sisal/en/> >. Acesso em 27 jul. 2019.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. da. (Org.) **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

HUTTMOVA, E.; VALENTINY. Assessment of the Economic Pillar and Environmental Pillar of Sustainable Development in the European Union. **European Journal of Sustainable Development**, v. 8 n. 2, p. 289- 298, 2019

JACOBI, P. R.; CIBIM, J. A necessária compreensão das consequências ampliadas de um desastre. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 4, p. 0-0, 2015.

JAMES, P. **Urban Sustainability in Theory and Practice: circles of sustainability**. London: Routledge, 2015.

KELLY, R.; SIRR, L.; RATCLIFFE, R. Futures thinking to achieve sustainable development at local level in Ireland. **Foresight**, v.6, n.2, p.80-90, 2004.

KLEIN, J. L.; HARRISSON, D., FONTAN, J. M.; LÉVESQUE, B., The Quebec system of social innovation: a focused analysis on the local development field. **Finisterra**, v. 47, n. 94, p.9-28, 2012.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. **Economia Solidária**. In: CATTANI, Antonio David et al (org.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina Brasil, 2009.

LÉLÉ, S. M. Sustainable Development: A Critical Review. **World Development**, v. 19, n. 6, p. 607-621, jun. 1991.

LEVESQUE

LIMA, C. E. **A Institucionalização da Temática Sustentabilidade em Pós-Graduações Stricto Sensu em Administração no Brasil**. 181 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

MANSUR, Y. S.; COUTINHO, D. D. R.; TEODÓSIO, A. S. S. Desenvolvimento Sustentável: governança, participação e parcerias intersetoriais. **Ciência e Sustentabilidade**, v. v2, p. 28-50-50, 2016.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1998.

MILLER, E. Solidarity economy: key concepts and issues. In: KAWANO, E.;

MASTERSON, T. N.; TELLERELSBERG, J. Solidarity economy I: building alternatives for people and planet. Amherst: Center for Popular Economics, 2009.

MOURA, A. M.; COMINI, G; TEODÓSIO, A. S. S. The international growth of a social business: a case study. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, p. 444-460, 2015.

COMITÊ OXFORD PARA ALÍVIO DA FOME. **Aid and inequality**.2019.

DISPONIVEL EM : <[https://www-cdn.oxfam.org/s3fs-](https://www-cdn.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/oxfam_ida19_position_paper.pdf)

[public/file_attachments/oxfam_ida19_position_paper.pdf](https://www-cdn.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/oxfam_ida19_position_paper.pdf)> . Acesso em 22. jul. 2019.

Padilha; Vershoore Cooperação e Desenvolvimento Sustentável Local: uma Análise Qualitativa de Fóruns de Agenda 21

PIKETTY, T. **Capital in the Twenty First Century**, Harvard University Press, Cambridge, Mass, 2014.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Revista Interdisciplinar Interthesis**, Florianópolis, v.9, n.1, p.16-50, 2012.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Nobel, 1993.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS. I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SECRETARIA DO TRABALHO. **Economia Solidária**. 2015. Disponível em :

<<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>> Acesso em: 23 jun. 2019.

SEGHEZZO, L. The five dimensions of sustainability. **Environmental Politics**, v. 18, n. 4, p. 539-556, 2009.

SINGER, P. I. O Brasil no limiar do terceiro milênio. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 38, p. 247-259, 2000.

SOLIDARITY ECONOMY ASSOCIATION. **What is Solidarity Economy** . 2019. Disponível em : <<https://www.solidarityeconomy.coop/what-is-solidarity-economy>

> Acesso em: 23 jun. 2019.

STAKE, R. E. Qualitative case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of Qualitative Research**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, p. 443-466. 2005.

SVAMPA, M. N. **Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina**. Fundación Friedrich Ebert. Buenos Aires: Nueva Sociedad, 2013.

UNITED NATIONS. **About the Sustainable Development Goals**. 2019. Disponível em: <<https://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/> > Acesso em 27 jul. 2019.

WCED - WORLD COMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987. **Our Common Future**, 1987.

ANDION, Carolina. (1998b) "Gestão em organizações da economia solidária: contornos de uma problemática", in Revista de administração pública, 32(1): 7-25. Rio de Janeiro, FG

